

# REPÚBLICA E REPUBLICANISMO NA REGIÃO DURIENSE, 1910-1926: CONTRIBUTOS PARA A SUA CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA E PARTIDÁRIA

CARLA SEQUEIRA\*

**Resumo:** *A republicanização da Região Duriense confrontou-se com as dificuldades inerentes às zonas rurais, de acordo com o quadro teórico formulado por Oliveira Marques e Romero Magalhães.*

*Com base em bibliografia especializada e em imprensa da época, procuramos caracterizar a evolução política e partidária do Alto Douro ao longo da Primeira República, identificando as estratégias e as redes políticas e clientelares do Partido Republicano Português nos diversos concelhos da Região, em confronto com a prevalência de redes caciquistas. Pretendemos ainda quantificar o grau de implantação e crescimento do PRP através do número de comissões e centros republicanos e, por fim, reconhecer as estratégias dos líderes republicanos perante os desafios colocados à manutenção do predomínio do PRP a partir da cisão de 1912 e surgimento de novas forças partidárias.*

**Palavras-chave:** Alto Douro; Republicanismo; Primeira República; Partidos políticos.

**Abstract:** *The republicanization of the Douro Demarcated Region was confronted with the difficulties inherent in rural areas, according to the theoretical framework formulated by Oliveira Marques and Romero Magalhães. Based on specialized bibliography and coeval press, we tried to characterize the political and partisan evolution in Alto Douro along the First Republic, identifying the strategies and political connections of the Portuguese Republican Party in the different municipalities of the Douro Region in comparison with the prevalence of monarchical networks. We intend to quantify the degree of implementation and PRP growth by the number of committees and Republicans centers. Finally, we intend to recognize the strategies of Republican leaders to meet the challenges to maintain the dominance of the PRP from the 1912 split and the emergence of new party forces.*

**Keywords:** Alto Douro; Republicanism; First Republic; Political parties.

## INTRODUÇÃO

Segundo afirma Alice Samara, o republicanismo português «registou uma dinâmica de crescimento assinalável sobretudo nos anos imediatamente anteriores à República»<sup>1</sup>. Contudo, e como assinala A. H. de Oliveira Marques<sup>2</sup>, o processo de republicanização caracterizou-se por acrescidas dificuldades de penetração nas zonas rurais, mormente no interior do país.

Sendo um «fenómeno essencialmente das classes médias, de pequenos funcionários, comerciantes, oficialidade menor, profissões liberais»<sup>3</sup>, a implantação do Partido Republi-

---

\* CITCEM/Bolseira FCT – carla.m.sequeira@sapo.pt.

<sup>1</sup> SAMARA, 2009: 74.

<sup>2</sup> MARQUES, 1978: 582.

<sup>3</sup> SAMARA, 2009: 74.

cano Português (PRP) na Região Duriense ficaria a dever-se à acção de notáveis locais e proprietários vitícolas, alguns dos quais pertencentes à «geração do *Ultimatum*» (como, por exemplo, Antão de Carvalho e Vítor Macedo Pinto), que se revelariam de importância fundamental, não apenas na fase da propaganda, mas também na obra de consolidação da República, através da realização de conferências e fundação de Centros Republicanos.

## PRIMÓRDIOS DA ESTRUTURA REPUBLICANA NA REGIÃO DURIENSE. O TEMPO DA PROPAGANDA

O esforço de organização partidária republicana no Alto Douro remonta ao último quartel do século XIX. A par da publicação de alguns periódicos de cariz republicano (por exemplo, no Peso da Régua, Vila Real e Alijó), assistia-se à fundação do Centro Republicano de Vila Real (1876) e à constituição das primeiras comissões municipais republicanas, formadas por profissionais liberais, comerciantes e proprietários. Até inícios do século XX seriam fundadas comissões municipais nos concelhos de Peso da Régua, Freixo de Espada à Cinta, Chaves, Mirandela e Vila Real (concelho onde foi ainda organizada comissão paroquial em Folhadela).

Por outro lado, a imprensa republicana dava conta de diversas acções tendentes à organização de comissões republicanas em Valpaços (com o apoio de republicanos de Chaves, e Adelino Samardã, de Vila Real), Boticas, Montalegre e Murça. Anunciava-se, igualmente, a criação de um Centro Republicano em Torre de Moncorvo, com adesões em Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo e Vila Flor<sup>4</sup>. A este esforço fundacional correspondia um progressivo enraizamento do republicanismo, como testemunha a notícia de *O Povo do Norte*<sup>5</sup>, segundo a qual um jornal monárquico de Bragança anunciava que, nas eleições gerais de Novembro de 1895, a lista republicana ganhara contra a lista governamental em Carrazeda de Ansiães.

Nos anos finais da Monarquia, intensificaram-se os esforços de organização partidária, procurando fazer crescer a rede de influências do Partido no Alto Douro. Angariavam-se correligionários, elegiam-se comissões municipais republicanas (Alijó, Sabrosa, Lamego, S. João da Pesqueira e Tabuaço, por exemplo), e fundavam-se novos centros (por exemplo, em Freixo de Espada à Cinta).

Em diversos concelhos do Alto Douro, obedecendo à indicação emanada do Directório do PRP, elegeram-se também comissões paroquiais, como sucedeu em Chaves (Comissão Paroquial de Bustelo), Alfândega da Fé (Comissão Paroquial de Santa Justa) e Lamego (comissões paroquiais de Almacave e Sé). Também em Alijó foi deliberado organizar comissões paroquiais em Sanfins, Favaio (freguesia onde tinha grande preponderância política Raul dos Santos Ribeiro de Sampaio, da confiança de Teixeira de Sousa), Carlão, S. Mamede, Casal de Loivos, Santa Eugénia e Pegarinhos, bem como acertar o

<sup>4</sup> *Partido Republicano*. «A Voz Pública». 7 Junho 1896: 1. Em 1893, «O Povo do Norte» noticiara a fundação do Centro Republicano Lamecense (*Centro republicano*. «O Povo do Norte». 14 Maio 1893: 2).

<sup>5</sup> *Movimento republicano*. «O Povo do Norte». 15 Dezembro 1895: 1.

plano a seguir no sentido de fazer ressurgir aquela «desgraçada região que de há muito é ignobilmente ludibriada e explorada pelo caciquismo local»<sup>6</sup>. De facto, a partir de 1906, num momento de renovação partidária, a estratégia de afirmação do PRP no Alto Douro passaria, em grande medida, por uma aproximação à «questão duriense». Os primeiros resultados desta orientação manifestar-se-iam nas eleições municipais de Novembro de 1908, com a vitória, pelas minorias, no concelho de Peso da Régua. Nas eleições legislativas, ocorridas em Abril do mesmo ano, o Partido Republicano via aumentadas as suas votações, segundo a imprensa regional<sup>7</sup>; os vinte votos republicanos registados em Vila Nova de Foz Côa serviriam de motivação para constituir uma Comissão Municipal Republicana<sup>8</sup>.

## A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA E A REORGANIZAÇÃO DO PRP NO ALTO DOURO

Com a implantação da República aumentou o esforço de consolidação do regime. Seguindo a orientação do Directório do Partido, investia-se na fundação de Comissões e Centros Republicanos, acompanhada da realização de Conferências.

Em 1911, as agremiações republicanas reconhecidas pelo Directório do PRP<sup>9</sup> revelavam ainda uma diminuta cobertura territorial no Alto Douro.

No concelho de Murça, em inícios de 1911, procedeu-se à organização de um Centro Republicano. Na mesma data era eleita a Comissão Municipal Republicana e organizada a Comissão Paroquial de Vilares.

Em Alijó, além da Comissão Municipal, os republicanos elegeram diversas comissões paroquiais (Pegarinhos, Santa Eugénia, Vilar de Maçada). Em Sanfins do Douro, terra natal de Teixeira de Sousa, a instalação da Comissão Paroquial Republicana seria acompanhada de desacatos, renunciando a prevalência da influência caciquista<sup>10</sup>. Em Vilar de Maçada, foi também instalado o «Centro Republicano Adelino Samardã», somando-se ao que já fora inaugurado no Pinhão, em finais de 1910, denominado «Centro António José de Almeida» e que reunia os republicanos de Casal de Loivos, Covas, Gouvães, Vale de Mendiz, Casais e Pinhão. Viriam ainda a ser inaugurados Centros republicanos em Castedo do Douro e Favaios («Centro Republicano Favaense», instalado em 1912, no âmbito das comemorações do 31 de Janeiro).

Em Vila Real, além da Comissão Municipal, foram fundados o «Centro Democrático Augusto César», localizado na sede do concelho, o «Centro Republicano António José de Almeida» (Lordelo), o «Centro Republicano Cândido dos Reis» e o «Centro Adelino Samardã» (ambos localizados em Aباças).

<sup>6</sup> *Comissão paroquial republicana*. «O Eco do Douro». 11 Abril 1909: 2.

<sup>7</sup> Cf. *Partido Republicano*. «O Povo do Norte». 12 Abril 1908: 2.

<sup>8</sup> COIXÃO & TRABULO, 2010: 9-11.

<sup>9</sup> Cf. *Agremiações do Partido Republicano Português reconhecidas e registadas no arquivo do Directório até 27 de Outubro de 1911*. «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 1. Lisboa: Tipografia Leiria, 1912: 139-144, 211-233, 405-442.

<sup>10</sup> Cf. *O caso de Sanfins*. «O Eco do Douro», 1 Janeiro 1911: 2.

No concelho de Sabrosa, além da Comissão Municipal, existente desde 1909, havia a registar a existência de um Centro Republicano Democrático.

Em Mesão Frio, a Comissão Municipal foi eleita em inícios de 1911. Na mesma data, foi proclamada a Comissão Paroquial de Barqueiros. E já em Setembro de 1912, foi fundado um Centro Democrático dedicado a Afonso Costa. Neste concelho continuaria a manifestar-se a influência de José de Alpoim, patente na adesão do Partido por si chefiado à República.

No concelho da Régua, a Comissão Municipal do PRP empreendeu, nos primeiros meses de 1911, diversas acções com vista à instalação de Comissões e Juntas Paroquiais nas freguesias de Poiares, Régua, Godim, Galafura, Vilarinho dos Freires e Fontelas. Cada fundação era acompanhada de um discurso de doutrinação de Antão de Carvalho. Em 1912 seria inaugurado o «Centro Democrático Antão de Carvalho», sediado em Vila Seca de Poiares.

Em Tabuaço, e em finais de 1910, foi inaugurado o «Centro Republicano Vítor Macedo Pinto». Já em Janeiro de 1911 seria eleita a respectiva Comissão Municipal Republicana e organizadas as comissões paroquiais.

No concelho de Armamar, a Comissão Municipal Republicana foi constituída também em 1911, em simultâneo com a organização das comissões paroquiais de Fontelo e S. Cosmado.

Lamego apresentava as mesmas estruturas assinaladas anteriormente – Comissão Municipal e comissões paroquiais em Almacave e Sé –, a que se juntava o Centro Instrutivo das Classes Trabalhadoras.

Em S. João da Pesqueira, além da Comissão Municipal, existia Comissão Municipal em Ervedosa, Riodades, Pesqueira, Valongo dos Azeites, Soutelo do Douro, Trevões, Vale de Figueira, Várzea de Trevões, Vilarouco, Espinhosa, Castanheiro do Sul e Pereiros.

Em Torre de Moncorvo, além da Comissão Municipal, existiam comissões paroquiais em Cardanha (eleita em 22 de Janeiro de 1911), Maçores (eleita em 20 de Março de 1911) e Carviçais. Esta última foi empossada em Janeiro de 1911, no âmbito de uma missão de propaganda empreendida por Alfredo dos Santos (que realizou uma conferência, a convite de João José Alves Hipólito), acompanhado por alguns elementos da Comissão Municipal de Moncorvo. Além disso, foi inaugurado, em Janeiro do mesmo ano, um Centro Republicano. Segundo a imprensa, preparava-se igualmente a fundação de um jornal «com o fim de pregar a ideia nova por todo o concelho»<sup>11</sup>.

Em Vila Flor, a Comissão Municipal foi instituída em 1911. Posteriormente, seria fundado o «Centro Republicano Democrático de Vila Flor».

No concelho de Carrazeda de Ansiães, a par da respectiva Comissão Municipal, estava também organizada a Comissão Paroquial em Castanheiro. Em finais de 1911, assistir-se-ia à fundação de um Centro Democrático, «com muitas dezenas de sócios de todas as classes sociais»<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> *República nas Províncias*. «A República Portuguesa». 7 Novembro 1910: 3.

<sup>12</sup> *De Carrazeda de Ansiães*. «A Montanha». 24 Novembro 1911: 4.

Em Alfândega da Fé, a Comissão Municipal foi eleita em 12 de Abril de 1911. Viria ainda a ser criado o «Centro Republicano Alfandeguense». Idêntica situação era patente no concelho de Freixo de Espada à Cinta: eleição da Comissão Municipal, a que se acrescentaria, posteriormente, a instituição do «Centro Democrático Freixenista».

Em Vila Nova de Foz Côa, foi constituído, em inícios de 1911, um Centro Republicano, com «um elevado número de sócios inscritos»<sup>13</sup>. A par desta agremiação constituíram-se, entre o final de 1910 e o início de 1911, comissões paroquiais em Senhora do Pranto, Almendra, Castelo Melhor, Cedovim, Chãs, Custóias, Horta, Mós, Murça e Santa Comba.

## ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DO PRP. DA «POLÍTICA DE ATRACÇÃO» AO «ADESIVISMO»

O processo de consolidação da República no Alto Douro passaria por uma activa «política de atracção», promovida pelos Governadores Cívicos. Como refere A. H. de Oliveira Marques, o PRP «beneficiou da herança de estruturas e clientelas dos auto-dissolvidos partidos monárquicos que controlavam grande parte do mundo rural»<sup>14</sup>. No Alto Douro, seria particularmente notória a influência de teixeiristas, como, por exemplo, em Alijó ou Vila Nova de Foz Côa<sup>15</sup>, e alpoïnistas (em Mesão Frio, por exemplo, onde continuariam a dominar a política local, à semelhança dos teixeiristas em Alijó). Estava-se, assim, perante uma estratégia de republicanização que permitiu a expansão e consolidação de estruturas partidárias, ao mesmo tempo que servia os intuitos de manutenção do poder por parte dos antigos chefes monárquicos.

Conforme indica Vasco Pulido Valente, logo a seguir à instauração da República, assistiu-se à adesão e inscrição no PRP por parte de antigos militantes de partidos monárquicos, caciques e influentes. Se nalguns casos se tratava de oportunismo político, em outras situações os factos ocorriam com o conhecimento e consentimento dos dirigentes do PRP. O que levaria a que, no distrito de Vila Real, «a máquina do PRP» tivesse sido «posta de pé pelos caciques de Teixeira de Sousa»<sup>16</sup>. No entanto, a política de atracção viria a ser contestada por diversas comissões concelhias.

Os republicanos de Valpaços manifestavam grande descontentamento por causa da actuação do administrador do concelho, a quem acusavam de não conduzir convenientemente a política local, preterindo os republicanos históricos a favor dos «galopins da velha monarquia»<sup>17</sup> (franquistas, sousistas, progressistas e dissidentes). Também a eleição da Comissão Municipal Republicana de Moncorvo ficaria envolta em polémica com a tentativa, por parte de um grupo de caciques monárquicos, entre os quais o ex-adminis-

<sup>13</sup> *Agremiações do Partido Republicano Português reconhecidas e registadas no arquivo do Directório até 27 de Outubro de 1911.* «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 1. Lisboa: Tipografia Leiria, 1912: 231; COIXÃO & TRABULO, 2010: 59.

<sup>14</sup> MARQUES, 1978: 584.

<sup>15</sup> COIXÃO & TRABULO, 2010: 26.

<sup>16</sup> VALENTE, 2010: 170.

<sup>17</sup> *República nas Províncias.* «A República Portuguesa». 10 Novembro 1910: 3.

trador franquista e «adesivo» Eugénio Pontes, de impugnação da eleição, apresentando uma lista alternativa. Segundo refere Adília Fernandes, em Torre de Moncorvo ter-se-ia assistido à «adesivagem» de vários regeneradores (Partido mais forte no círculo eleitoral), a quem foi entregue a administração do concelho<sup>18</sup>.

Nalguns concelhos do distrito de Viseu, vivia-se certo descontentamento por causas análogas. Em Lamego, a política de republicanização empreendida pelo administrador do concelho provocou uma divisão entre os republicanos, alguns dos quais, por se sentirem indignados com a «protecção» dispensada aos caciques monárquicos, resolveram fundar o «Centro Democrático Lamecense» e o periódico *A Verdade*, para defesa do grupo «dissidente». Em Armamar (concelho considerado como um forte reduto republicano ainda no tempo da Monarquia), Amorim de Carvalho, administrador do concelho e republicano «histórico», era acusado de deixar colocar na presidência da Comissão Municipal um franquista e ex-chefe do partido franquista local. Afirmava-se ainda que os restantes elementos da Comissão eram «incolores», realçando-se a presença de Afonso Monteiro, que fora republicano no tempo de estudante em Coimbra e depois passara pelos progressistas e teixeiristas.

Por sua vez, os republicanos dos concelhos norte do distrito de Viseu promoveram uma reunião com o objectivo de discutir a orientação da política distrital. Convocada pelos republicanos de Lamego, teve lugar nessa cidade, em inícios de Fevereiro de 1911, com a presença de representantes das comissões municipais republicanas de Lamego, Cinfães, Resende, Tarouca, Castro Daire, Moimenta da Beira, Penedono, Armamar e Tabuaço. À semelhança dos republicanos de Vila Real, manifestou-se a ideia de que se devia exigir do Directório do Partido Republicano, do Governo Provisório e do Governador Civil «para que se não fizesse despacho algum, civil ou militar, para qualquer dos concelhos, sem o prévio acordo da respectiva comissão municipal política»<sup>19</sup>. No sentido de obstar à acção dos «adesivos» (em que se destacavam os antigos alpoïnistas), «que pretendam influir na política dos mesmos concelhos, pedindo ou protegendo despachos sem o acordo das comissões municipais e até contra a sua opinião»<sup>20</sup>, resolveram formar a «Comissão de defesa dos interesses dos concelhos do norte do distrito de Viseu», constituída pela Mesa<sup>21</sup> e pelos presidentes das comissões municipais políticas de todos os concelhos, e cuja comissão executiva seria formada por Francisco Lopes de Sousa Gama, Vítor Macedo Pinto, Alfredo Sousa, José Antunes da Silva e Castro e José Mendes Guerra. Por fim, foi aprovada uma moção em que era reafirmada a supremacia das comissões republicanas na vida política local e que, caso fossem desatendidas as suas orientações, se demitiriam todas as autoridades, comissões administrativas e políticas concelhias. Das deliberações tomadas, foi dado conhecimento ao Governador Civil do Distrito, à Comissão Distrital e às restantes comissões municipais republicanas do distrito.

<sup>18</sup> FERNANDES, 2010: 29.

<sup>19</sup> *Extraordinária reunião das comissões municipais republicanas do Norte do distrito de Viseu. Deliberações de largo alcance para a vida partidária da democracia portuguesa.* «A Fraternidade». 11 Fevereiro 1911: 1.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> Francisco Lopes de Sousa Gama, Vítor José de Deus Macedo Pinto e Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa.

## A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA (1912-1926)

As cisões no PRP, a partir de 1912, viriam mudar o espectro político-partidário no Alto Douro. Embora os novos grupos partidários não se tenham conseguido implantar de forma estável, constituíram um desafio à preponderância do Partido Republicano obrigando a renovadas estratégias.

Dos partidos da oposição, o Partido Evolucionista foi aquele que registou maior implantação na Região Duriense. Entre 1913 e 1919, foram constituídas comissões municipais em Tabuaço, Lamego, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua<sup>22</sup>, Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real e Mesão Frio. Foram ainda fundadas comissões paroquiais em S. Mamede de Riba Tua (Alijó), em sete freguesias de Penaguião, duas freguesias de Lamego, duas freguesias de Moncorvo, bem como Centros Republicanos em Carrazeda de Ansiães, Vila Real e Riba Tua.

Quanto ao Partido Unionista, teria escassa presença na Região Demarcada do Douro. Em 1912, seria fundado o «Centro União Republicana» em Sabrosa, no âmbito de uma festa de homenagem a Adelino Samardã. A influência unionista no concelho seria bastante marcada, traduzindo-se na ocupação de cargos administrativos a partir de 1912. Viria também a ser criado um núcleo de unionistas em Armamar e um Centro Unionista no Peso da Régua, em 1913<sup>23</sup>.

O PRP continuaria a ser dominante em termos de estruturas partidárias, embora registando algumas perdas. Segundo o Boletim do Partido Republicano Português<sup>24</sup>, em Santa Marta de Penaguião deixou de existir Comissão Municipal uma vez que a sua elite política aderira ao Partido Evolucionista. Em Alijó, passava a contar-se apenas com uma Comissão Paroquial, em Pegarinhos, e com o «Centro Escolar Democrático». Contudo, em outros concelhos era visível um certo crescimento. Em Armamar e Lamego, o número de comissões paroquiais passou para três. No concelho da Meda, além da Comissão Paroquial em Fonte Longa, existia um Centro Republicano. O maior crescimento teria ocorrido em Vila Nova de Foz Côa, com a formação de comissões paroquiais em Sebadelhe, Muxagata, Numão, Freixo de Numão e Touça.

A análise dos resultados eleitorais traduz com mais precisão o grau de implantação dos partidos políticos na Região Duriense. Em termos de eleições legislativas, verifica-se que nas eleições suplementares realizadas em 1913 os democráticos ganharam as maiorias em Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo, Vila Flor, Foz Côa, Meda, Régua, Santa Marta de Penaguião, Armamar e Lamego<sup>25</sup>. Evolucionistas e unionistas saíram vitoriosos em Alfândega da Fé, Murça, Sabrosa, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar, S. João da Pesqueira e Tabuaço. Noutros concelhos, como Alijó e Mesão Frio, ganharam listas de concentração, o que apontava para a prevalência da influência caciquista monár-

<sup>22</sup> Cf. SEQUEIRA, 2014: 127-129.

<sup>23</sup> Cf. SEQUEIRA, 2014: 129.

<sup>24</sup> Cf. *Os nossos organismos na metrópole e nas colónias, no Brasil e na China*. «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 2. Porto: Imprensa Moderna, de Manuel Lelo, 1915: 389, 396-397, 410-413.

<sup>25</sup> Cf. *A propósito das eleições realizadas em 1913*. «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 2. Porto: Imprensa Moderna, 1915: 416-459.

quica. Nas eleições de 1915 e 1919, o Partido Democrático obteve a maioria em Foz Côa, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo, Moncorvo e Carrazeda de Ansiães<sup>26</sup>. No círculo de Vila Real e Moncorvo, a segunda força política mais votada foi o Partido Evolucionista, mas a larga distância dos democráticos. Em 1921 e 1922, os democráticos conseguiram a maioria em Vila Flor, Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta e Alfândega da Fé<sup>27</sup>. Entre 1915 e 1925, os democráticos dominaram sempre no círculo de Lamego<sup>28</sup>.

No que diz respeito às eleições municipais, assistiu-se à luta partidária em diversos concelhos, entre democráticos e listas de coligação. Em 1913, as eleições em Vila Real foram ganhas por uma lista constituída por independentes, evolucionistas e unionistas. Em Santa Marta de Penaguião, apesar de os evolucionistas estarem em vantagem, acabariam por perder para os democráticos devido à estratégia posta em prática por Antão de Carvalho, líder dos democráticos da Régua.

No concelho de Peso da Régua, os democráticos concorreram sozinhos, uma vez que os partidos da oposição decidiram abster-se. Porém, na eleição das Juntas de Paróquia, a 4 de Dezembro, os democráticos tiveram de confrontar-se com a coligação de evolucionistas, unionistas e monárquicos, de modo particular nas freguesias de Godim, Loureiro e Mouramorta<sup>29</sup>, mas acabariam por obter a maioria e minoria<sup>30</sup> em oito das dez freguesias do concelho, a maioria noutra (Loureiro) e a minoria na restante (Godim).

Em Mesão Frio, a lista apresentada pelo PRP ganhou as eleições administrativas contra José de Alpoim (organizador e patrocinador da lista adversária), que conseguiu que a eleição viesse a ser anulada pelo Supremo Tribunal Administrativo. A luta entre democráticos e alpoimistas seria uma constante no sentido de dominarem as diversas corporações municipais. Neste processo ficaria bem patente a capacidade de influência por parte do antigo cacique monárquico José de Alpoim. Em 1914, a Câmara era presidida por Amâncio de Queirós (alpoimista) que, nessa data, resolveu aderir aos evolucionistas como sinal de protesto pela atitude dos democráticos do Porto na questão do aumento do imposto de consumo lançado sobre o vinho. Na mesma altura, também Artur de Magalhães Pinto Ribeiro aderiu ao Partido Evolucionista, o que passava a significar «eleitoralmente a maioria de 500 votos»<sup>31</sup>. José de Alpoim, que classificava a Câmara de democrática, aplaudia e incentivava a filiação dos seus correligionários políticos nos evolucionistas. Já em 1916, no contexto das eleições municipais (que seriam adiadas), Alpoim mostrava-se intransigente em que os seus «antigos amigos», agora evolucionistas, apre-

<sup>26</sup> COIXÃO & TRABULO, 2010: 52.

<sup>27</sup> JACOB & ALVES, 2010: 71; COIXÃO & TRABULO, 2010: 52.

<sup>28</sup> MARQUES, 1978: 598.

<sup>29</sup> Nesta freguesia, a oposição acabaria por desistir no próprio dia das eleições.

<sup>30</sup> O Decreto-Lei n.º 158, de 6 de Outubro de 1913, estabeleceu, para os actos eleitorais, o princípio da representação das minorias, consagrado na Constituição de 1911. Seguindo a lei vigente, nas eleições municipais de 1913, o PRP de Peso da Régua, apresentou uma lista candidata pela maioria e, em simultâneo, patrocinou a lista pela minoria. A mesma estratégia foi aplicada ao nível das freguesias, acabando por conseguir a totalidade dos mandatos nas freguesias em que não se confrontou com oposição.

<sup>31</sup> *Política de Mesão Frio. Valiosas adesões ao Partido Evolucionista.* «A Evolução». 19 Outubro 1916: 1.

sentassem listas de coligação com os democráticos, porque teria «muito interesse em conservar a câmara actual ou eleger outra que lhe seja a viva imagem»<sup>32</sup>. Na imprensa era referido que os democráticos de Mesão Frio haviam feito muito em termos de saneamento político mas que a Câmara ainda podia ser classificada de «retintamente alpoimista». Corria também o boato de que Eduardo Frias, da confiança política de Alpoim, fizera um acordo com Pinto Ribeiro (representante dos evolucionistas) no sentido de fazer oposição aos democráticos nas eleições municipais desse ano, «fazendo uma extravagante ligação com unionistas e monárquicos – que mais não são, hoje e sempre, do que ferrenhos alpoimistas»<sup>33</sup>. Era uma atitude já esperada, pois Eduardo Frias, de acordo com *A Democracia*, tinha uma clientela política criada à custa de favores prestados em função do seu cargo de administrador do concelho. No entanto, os democráticos viam esta atitude como uma ingratidão: «não se compreende, porém, que, cumulado de favores pelo partido democrático, que o julgou de carácter bastante honesto, se lance, agora, num caminho pedregoso que pode ser a sua ruína»<sup>34</sup>. Em 1918, Eduardo Frias aderiria aos centristas, e com ele os antigos alpoimistas.

Em Torre de Moncorvo, o Partido Evolucionista era dominante mas o poder pertencia aos democráticos<sup>35</sup>. Para este resultado muito contribuíam os monárquicos do concelho que, em diversas eleições, manobraram no sentido de que muitos eleitores votassem em branco, tornando o resultado eleitoral favorável aos democráticos<sup>36</sup>.

Nas eleições de Novembro de 1917, assistir-se-ia à formação de alianças, algumas com o apoio de antigos caciques, na tentativa de anular o predomínio do Partido Democrático. Foi o que aconteceu em Mesão Frio, conforme já referido, onde evolucionistas se uniram a independentes (representados por Eduardo Frias) e unionistas e, em Sabrosa, onde foi apresentada uma lista de coligação entre unionistas e monárquicos.

Nalguns concelhos, esta estratégia revelar-se-ia eficaz. Em Sabrosa, venceu em todo o concelho a lista de coligação. Em Vila Real, as eleições foram ganhas pela coligação de democráticos e evolucionistas<sup>37</sup>. Em Armamar e S. João da Pesqueira, a maioria foi conquistada pelo Partido Evolucionista. Contudo, na maior parte dos concelhos, o poder local continuou nas mãos dos democráticos: na Régua, Santa Marta de Penaguião<sup>38</sup>, Mesão Frio, Armamar, Alijó, Tabuaço e Moncorvo, venceu a lista democrática.

O predomínio dos democráticos continuou a marcar a vida política e partidária no Alto Douro até a revolução de 5 de Dezembro de 1917. Com a instauração da «República Nova», assistiu-se ao afastamento dos titulares de cargos administrativos afectos ao Partido Democrático, substituídos por elementos unionistas. Na Régua, por exemplo, os unionis-

<sup>32</sup> *Do Distrito. Mesão Frio, 18 (Retardada)*. «A Democracia». 1 Outubro 1916: 3.

<sup>33</sup> *Do Distrito. Mesão Frio, 12 Retardada. O snr. Alpoim e as eleições*. «A Democracia». 22 Outubro 1916: 3.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> ANDRADE, 2010: 147.

<sup>36</sup> ANDRADE, 2010: 173.

<sup>37</sup> Segundo «O Povo do Norte», as eleições em Vila Real foram ganhas por uma lista composta de unionistas e independentes. Cf. *À urna pela lista neutral!*. «O Povo do Norte». 3. Novembro 1917: 1.

<sup>38</sup> Não terá chegado a haver disputa eleitoral em virtude de os evolucionistas se terem abstido. Cf. *Em Santa Marta de Penaguião. A próxima eleição*. «Cinco de Outubro». 31 Outubro 1917: 2.

tas, que existiam no concelho desde 1913, procuravam, dessa forma, usar a revolução sidonista para conquistar um espaço de poder concelhio que nunca haviam conseguido.

Após a restauração da República, em 1919, assistir-se-ia ao aparecimento de novos núcleos partidários. A sua implantação na Região Duriense resultaria, por vezes, da ambição de certos influentes locais em se conservarem no poder. Foi o que aconteceu em Sabrosa, onde se assistiu a uma guerra de influências<sup>39</sup>. Um dos influentes locais começou por conseguir a dissolução da Comissão Municipal por parte do Governador Civil de Vila Real (Adelino Samardã), conseguindo, dessa forma, manter-se à frente da Câmara até 1915. Nessa data, tentou uma aliança política com os democráticos no sentido da destituição do administrador do concelho, que se lhe opunha. Perante a recusa dos democráticos, filiou-se nos unionistas, ascendendo ao poder com o Sidonismo. Com o rompimento entre Sidónio e o Partido Unionista, e para não perder a Câmara, inscreveu-se no Partido sidonista mas acabaria por ser afastado do poder. Após a Monarquia do Norte foi administrador do concelho e, em 1923, estava ligado aos nacionalistas.

Nalguns concelhos, os novos núcleos partidários ganharam expressão, ameaçando o domínio dos democráticos. Por exemplo, em Vila Real, o Partido Nacionalista ganhou todas as freguesias do concelho nas eleições municipais de 1923, destronando o Partido Democrático<sup>40</sup>. Mas em 1925, uma lista alvarista-democrática reconquistava o poder ganhando as eleições municipais à lista adversária, formada por nacionalistas, radicais, independentes, católicos e monárquicos. Esta realidade seria extensiva a todo o distrito de Vila Real, à excepção de Sabrosa, cuja Câmara Municipal se mantinha nacionalista<sup>41</sup>.

## CONCLUSÕES

A consolidação do Partido Republicano Português no Alto Douro deveu-se, em grande medida, à estratégia de disseminação de comissões municipais e paroquiais, iniciada logo a seguir à implantação da República. Esta realidade foi perceptível, em particular, nos concelhos onde já se fazia notar a presença republicana.

Com vista a uma completa implantação do regime foram ensaiadas várias estratégias. A realização de Conferências Republicanas, quer na fase da propaganda quer após o 5 de Outubro, organizadas por diversas comissões municipais, revestiu-se de importância fundamental. Não sendo o republicanismo «uma ideia partilhada pela maioria da sociedade, como, aliás, reconheciam os próprios republicanos»<sup>42</sup>, tornava-se essencial o doutrinamento, principalmente numa região como o Alto Douro, ainda amplamente influenciada pelos caciques.

Por outro lado, foi posta em prática uma activa «política de atracção», o que aponta para aspectos relacionados com a recomposição das oligarquias locais na República. Por

<sup>39</sup> Cf. *Pelo Distrito, Sabrosa*. «A Democracia». 20 Maio 1923: 3.

<sup>40</sup> AIRES, 2010b: 44.

<sup>41</sup> Cf. *Eleições*. «O Povo do Norte». 29 Novembro 1925: 1.

<sup>42</sup> SAMARA, 2009: 74.

um lado, o fenómeno do «adesivismo», com a adesão e colagem das elites do poder local monárquico ao campo republicano vitorioso, constituiu uma forma de manutenção do poder nas mãos das oligarquias locais. Por outro lado, a permanência dos fenómenos de correligionismo e de caciquismo; não se tratou só de adesões «oportunistas» ao novo regime mas também do resultado da acção mobilizadora dos republicanos, visando alargar a sua base social de suporte político.

A articulação destes vectores com as fortes ligações de diversos notáveis locais às estruturas nacionais do PRP facilitou o progressivo fortalecimento do Partido ao longo da Primeira República no Alto Douro, principalmente no contexto da fragmentação partidária ocorrida a partir de 1912. A divisão do velho PRP em unionistas, evolucionistas e democráticos, com predominância destes últimos, a par do «adesivismo», facilitou a recomposição, mas também a divisão, das forças políticas locais no novo regime. Neste contexto, com vista à manutenção do seu predomínio, viria a ser ensaiada uma nova estratégia por parte do Partido Democrático, de coligação com outras forças políticas (por exemplo, com os evolucionistas, na Régua, após a restauração da República, em 1919). Além disso, mostrar-se ia fundamental o exercício de preponderância política dos influentes republicanos. Por exemplo, em Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião a escolha das autoridades administrativas continuava directamente dependente do líder dos democráticos da Régua, apesar de naqueles concelhos as elites políticas se terem tornado evolucionistas.

## BIBLIOGRAFIA

- AIRES, Joaquim Ribeiro (1987) – *A Primeira República em Sabrosa (achegas para o seu estudo)*. Vila Real: Minerva Transmontana.
- (2010a) – *A República no distrito de Vila Real (1873-1933)*. Vila Real: Maronesa, Comunicação Social, Lda.
- (2010b) – *Vila Real: Roteiros republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.
- ANDRADE, António Júlio (2010) – *História política de Torre de Moncorvo, 1890-1926*. Lisboa: Âncora Editora.
- AZEVEDO, Manuel Roque (1984) – *Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)*. «Nova História», n.º 2. Lisboa: Editorial Estampa, p. 74-122.
- JACOB, João Manuel Neto; ALVES, Vítor Simões (2010) – *Bragança: Roteiros republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.
- COIXÃO, António N. Sá; TRABULO, António A. Rodrigues (2010) – *A Primeira República no concelho de Vila Nova de Foz Côa*. 2.ª edição. Foz Côa: Vila Nova de Foz Côa.
- FERNANDES, Adília (2010) – *História da Primeira República em Torre de Moncorvo 1910-1926*. Coimbra: Palimage.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (2009) – *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Edições Almedina.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978) – *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- SAMARA, Alice (2009) – *O republicanismo*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, p. 61-77.
- SEQUEIRA, Carla (2014) – *Antão de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CITCEM.
- VALENTE, Vasco Pulido (2010) – *O poder e o povo*. Edição do Centenário da República. Lisboa: Aletheia Editores.

## FONTES

- «A Democracia» (Vila Real), 1916-1923.
- «A Evolução» (Vila Real), 1913-1919.
- «A Fraternidade» (Lamego), 1911.
- «A Montanha» (Porto), 1911.
- «A República Portuguesa» (Lisboa), 1910-1911.
- «A Voz Pública» (Porto), 1896-1909.
- «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 1. Lisboa: Tipografia Leiria, 1912.
- «Boletim do Partido Republicano Português», n.º 2. Porto: Imprensa Moderna, de Manuel Lelo, 1915.
- «Cinco de Outubro» (Peso da Régua), 1910-1917.
- «O Eco do Douro» (Alijó), 1909-1911.
- «O Povo de Murça» (Murça), 1911.
- «O Povo do Norte» (Vila Real), 1893-1925.